



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO PEDAGOGIA**

**LETÍCIA MATOS DA COSTA**

**ASPECTOS BIOPSIKOSSOCIAIS ENVOLVIDOS NA VINCULAÇÃO  
(OU NÃO) DOS ALUNOS PCDS A DIVISÃO DE ACESSIBILIDADE DA UFPA-  
CAMPUS ALTAMIRA**

**ALTAMIRA/PA**

**2022**

LETÍCIA MATOS DA COSTA

**ASPECTOS BIOPSIKOSSOCIAIS ENVOLVIDOS NA VINCULAÇÃO  
(OU NÃO) DOS ALUNOS PCDS A DIVISÃO DE ACESSIBILIDADE DA UFPA-  
CAMPUS ALTAMIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Pará-UFPA, a Faculdade de Educação, Campus Universitário de Altamira, como pré-requisito, para obtenção do grau em licenciatura plena em pedagogia.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Roseane Rabelo Souza Farias

ALTAMIRA /PA

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com  
ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

M425a Matos da Costa, Leticia.  
ASPECTOS BIOPSIKOSSOCIAIS ENVOLVIDOS NA  
VINCULAÇÃO (OU NÃO) DOS ALUNOS PCDS A DIVISÃO  
DE ACESSIBILIDADE DA UFPA- CAMPUS ALTAMIRA /  
Leticia Matos da Costa. — 2022.  
35 f. : il. color.

Orientador(a): Profª. Dra. Roseane Rabelo Souza Farias  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade  
Federal do Pará, Campus Universitário de Altamira, Faculdade de  
Educação, Altamira, 2022.

1. Divisão de Acessibilidade. 2. . Ensino Superior. 3. .  
Pessoas com deficiência. 4. Direito à educação. 5. Cultura de  
Acessibilidade.. I. Título.

CDD 370

---

LETÍCIA MATOS DA COSTA

ASPECTOS BIOPSIKOSSOCIAIS ENVOLVIDOS NA VINCULAÇÃO (OU NÃO) DOS ALUNOS PCDS A DIVISÃO DE ACESSIBILIDADE DA UFPA-CAMPUS ALTAMIRA

Monografia apresentada à Banca Examinadora da UFPA- Universidade Federal do Pará, Campus de Altamira como requisito parcial para obtenção do título em Pedagogia.

Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Banca examinadora**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Roseane Rabelo Souza Farias  
Campus Universitário de Altamira - UFPA  
Faculdade de Educação  
(Orientadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fernanda Cristine dos Santos Bengio  
Campus Universitário de Altamira - UFPA  
Faculdade de Ciências Biológicas  
(Membro da Banca examinadora)

---

Prof.<sup>o</sup> Mr.<sup>o</sup> Renan Rodrigues do Vale  
Campus Universitário de Altamira - UFPA  
Faculdade de Educação  
(Membro da Banca examinadora)

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, pois sem ele, eu nada seria.

Em segundo lugar aos meus Pais, pois é graças aos seus esforços contínuos que hoje estou aqui; também dedico a minha irmã meu combustível diário, te amo!

Dedico esse trabalho à minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dra Roseane Rabelo, pois sem a qual eu não teria chegado até aqui, sou grata por todas as oportunidades a mim concedidas, pois foram elas que me deram base para me tornar a pessoa a quem eu sou hoje.

Dedico esse trabalho especialmente aos meus sobrinhos Nicolas Kauã e João Gabriel, vocês me fazem melhor todos os dias.

GRATIDÃO a todos que até aqui me acompanharam e torceram por mim.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus, pois tuas vontades sempre foram boas, perfeitas e agradáveis. Mostrou a mim que sou capaz de coisas inimagináveis.

Em segundo lugar quero agradecer a minha família, (Mãe, Pai, Luana, Ricardo e Nicolas) foram vocês que me incentivaram, foi por vocês e por nossa melhora que eu estou aqui, obrigada pelas palavras de incentivo enquanto respirar prometo ser o orgulho de vocês.

Agradeço também à minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Roseane Rabelo, pelos ensinamentos e pela paciência que teve comigo, você é minha mãe de intelecto.

Agradeço a equipe docente e técnica da Faculdade de Educação, também aos colegas de curso e de classe vocês foram peças chaves na minha jornada acadêmica.

Agradeço aos meus amigos (Juliana, Luna, Kawane, Ana, Heloísa, Lucas, Raydon, Carlos, Wesley, Adelane, Bia, Grazi, Hellyna, Thainá e Dona Joana ) por todas palavras de incentivo, e apoio, vocês ressignificam em mim o amor de amizade.

Agradeço a minha amiga de pesquisas Samantha Costa, obrigada pelas trocas de ensinamentos e por tanto que fez por mim.

Em especial quero agradecer a mim mesma por ter respeitado meus processos. Por fim, quero agradecer à Universidade Federal do Pará, lugar que me acolheu e tanto me ensinou, orgulho de ser fruto da maior universidade pública do Norte.

É que, na realidade, ninguém é normal; todos temos necessidade de educação especial.

Ivanilde Apoluceno de Oliveira

## SUMÁRIO

RESUMO	9
1 INTRODUÇÃO	9
2 A DIVISÃO DE ACESSIBILIDADE	11
3 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE ACESSIBILIDADE NO CAMPUS DE ALTAMIRA	14
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	17
4.1 O PERFIL DOS ALUNOS QUE SE VINCULAM A DAC	17
4.2 ASPECTOS ENVOLVIDOS NA ADESÃO E NÃO ADESÃO DA DAC	21
4.3 ESTRATÉGIAS DE CONSOLIDAÇÃO/ PROTAGONISMO	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	29
APÊNDICES	31

# ASPECTOS BIOPSIKOSSOCIAIS ENVOLVIDOS NA VINCULAÇÃO (OU NÃO) DOS ALUNOS PCDS A DIVISÃO DE ACESSIBILIDADE DA UFPA-CAMPUS ALTAMIRA

Letícia Matos da Costa  
Acadêmica do Curso de licenciatura em Pedagogia (2019)  
Faculdade de Educação-*Campus* Universitário de Altamira-  
Universidade Federal do Pará  
E-mail: [leticiamatospedagogia@gmail.com](mailto:leticiamatospedagogia@gmail.com)

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo relatar possíveis questões biopsicossociais envolvidas na vinculação (ou não) dos alunos com deficiência da UFPA/Campus Altamira à Divisão de Acessibilidade-DAC. É destacado, também, no artigo a história dessa divisão e algumas de suas ações visando à consolidação de uma cultura de acessibilidade. A DAC articula os diferentes órgãos e departamentos da universidade, visando assegurar a implementação da política de acessibilidade e efetivação das relações de ensino, pesquisa e extensão na área. Os resultados revelam que conhecer o perfil do discente é indispensável para considerar os aspectos biopsicossociais que atravessam as experiências dos alunos com deficiência no campus de Altamira para que de fato ocorra um processo de consolidação da DAC e conseqüentemente, alcance seu papel indispensável, na garantia do direito à escolarização, a acessibilidade e a permanência dos alunos com deficiência e altas habilidades, confrontando práticas excludentes e criando vias alternativas para contribuir na constituição de uma cultura de acessibilidade.

**Palavras-chave:** Divisão de Acessibilidade. Ensino Superior. Pessoas com deficiência. Direito à educação. Cultura de Acessibilidade.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta possíveis questões biopsicossociais envolvidas na vinculação (ou não) dos alunos com deficiência junto a Divisão de Acessibilidade- DAC (UFPA)/(ATM). Paralelo a isso, o artigo conta a experiência de organização deste espaço, o início da sua história e algumas de suas ações visando à consolidação de uma cultura de acessibilidade no campus de Altamira, que está localizado na região da Transamazônica e Xingu, no Sudoeste do Estado do Pará.

A DAC/ATM não é somente uma unidade administrativa institucionalizada no campus universitário de Altamira, que funciona como um núcleo de acessibilidade; é também um espaço de formação que fomenta a participação de grupos de pesquisa, programas e projetos de apoio à assistência estudantil e acessibilidade, visando o acesso, participação e aprendizagem de discentes com e sem deficiência.

Na pesquisa desenvolvida por Oliveira (2021), que teve como objetivo relatar as primeiras ações desenvolvidas na UFPA, campus Altamira, em prol da criação do Núcleo de Acessibilidade, atual Divisão de Acessibilidade, a autora destaca que nos

anos de 2017 a 2019, houve pouca vinculação dos alunos com deficiência a DAC. Essa observação se deu mediante sua atuação como monitora do programa PROBAC. Naquele momento havia cerca de 18 discentes com deficiência matriculados no campus de Altamira, nos diferentes cursos.

O PROBAC tem como objetivo auxiliar os alunos com deficiência, na situação de ensino-aprendizagem orientada, e na adaptação de materiais para os alunos com deficiência, por meio da disponibilização de monitores. Trata-se de uma ação que possibilita, também, aos alunos monitores conhecimentos acerca de uma área de conhecimento e a iniciação à docência. Tal investida é de fundamental importância para a formação, uma vez que possibilita ao aluno monitor as experiências de ensino e pesquisa (UFPA, 2018).

Durante os anos de 2020 a 2022 atuando na monitoria do PROBAC, pude constatar a observação realizada por Oliveira (2021). No contexto atual, há uma problemática que se instaura quando um espaço voltado para as questões acerca do direito da pessoa com deficiência não possui uma representatividade de seu público, isso impacta no conhecimento acerca dessa população na universidade, principalmente no que diz respeito às questões biopsicossociais que atravessam suas trajetórias de escolarização. Essas questões dizem respeito aos aspectos biológicos, psicológicos e sociais.

As questões biológicas dizem respeito à relação entre o tipo de deficiências e a decisão de se vincular ou não. As psicológicas dizem respeito a sua percepção de si, de sua deficiência, e a forma como ele se compreende como indivíduo. Já no que diz respeito às questões sociais, interessa compreender a relação entre vulnerabilidade social e deficiência. Diante disso, buscou investigar essa situação: **Por que os alunos com deficiência da UFPA/ Campus Altamira se vinculam (ou não) a DAC?**

Para responder esse problema são necessárias as seguintes questões norteadoras:

- Qual o perfil dos alunos que se vinculam a DAC?
- Quais os aspectos biopsicossociais envolvidos na adesão e na não adesão?
- Como criar estratégias de consolidação/protagonismo dos alunos com deficiência na universidade?

A problemática aponta para o seguinte objetivo geral: Compreender os aspectos biopsicossociais envolvidos na vinculação (ou não) dos alunos com deficiência junto a Divisão de Acessibilidade- DAC/UFPA/ATM. E de forma específica:

- Apresentar o perfil dos alunos que se vinculam a DAC.

- Identificar os aspectos biopsicossociais envolvidos na não adesão.
- Elencar estratégias de consolidação/protagonismo dos alunos com deficiência na universidade.

O procedimento metodológico utilizado foi de cunho qualitativo, com o intuito de estudar os aspectos sociais e o comportamento humano, indispensável para visualizar os investimentos teóricos que foram e que vêm sendo realizados no campo da acessibilidade, no ensino superior, contribuindo assim, para definição de novos caminhos teóricos e metodológicos de investigação.

Para a construção deste estudo, foi necessário eleger uma investigação organizada em três etapas: Na primeira etapa, foi necessária uma investigação em fontes bibliográficas que possibilitou compreender a concepção e estrutura organizacional dos núcleos de acessibilidade. No segundo momento, foi indispensável um debruçamento em fontes documentais, como legislação e relatórios anuais da assistência estudantil produzidos pela UFPA por meio da superintendência de Assistência Estudantil- SAEST. Desses dois movimentos, foi possível compreender a concepção e estrutura organizacional dos núcleos de acessibilidade, em especial da Divisão de Acessibilidade do campus de Altamira, que resultou em produções de artigos e de um capítulo de livro que está em confecção.

No terceiro momento foram realizadas entrevistas com alunos com deficiência matriculados no campus de Altamira. Participaram das entrevistas 05 alunos que aceitaram participar da pesquisa mediante os cuidados éticos apresentados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE (Apêndice A).

O roteiro de entrevista, semiestruturado, foi organizado com 14 perguntas. A realização das entrevistas se justificou uma vez que, conforme Ribeiro (2008), trata-se de uma técnica pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto. Essa técnica permite conhecer atitudes, sentimentos e valores implícitos ao comportamento, podendo ir além das descrições de ações.

Tal investimento possibilitou um conhecimento das situações vivenciadas em meio a monitoria, uma vez que, o não conhecimento dos aspectos biopsicossociais muitas vezes engessava a própria função de monitora. Todo procedimento metodológico desenvolvido tem sido indispensável para visualizar os investimentos teóricos que foram e que vêm sendo realizados no campo da acessibilidade, no ensino superior, contribuindo assim, para definição de novos caminhos teóricos e metodológicos de investigação. Diante disso, já é possível adiantar que a monitoria pode contribuir para a garantia do direito à permanência do aluno com deficiência na universidade, porém tal

ação, às vezes se resumia em estar apenas disponível aos alunos diante das suas dificuldades, por isso se torna pertinente compreender as questões que perpassam a vinculação ou não à DAC.

## **2 A DIVISÃO DE ACESSIBILIDADE**

Os Núcleos de Acessibilidade buscam articular os diferentes órgãos e departamentos da universidade, visando assegurar a implementação da política de acessibilidade e efetivação das relações de ensino, pesquisa e extensão na área. Sua criação é resultado de um conjunto de medidas inseridas na legislação brasileira para garantir o acesso e as condições de atendimento adequadas às pessoas com deficiência e superdotação/ altas habilidades no ensino superior.

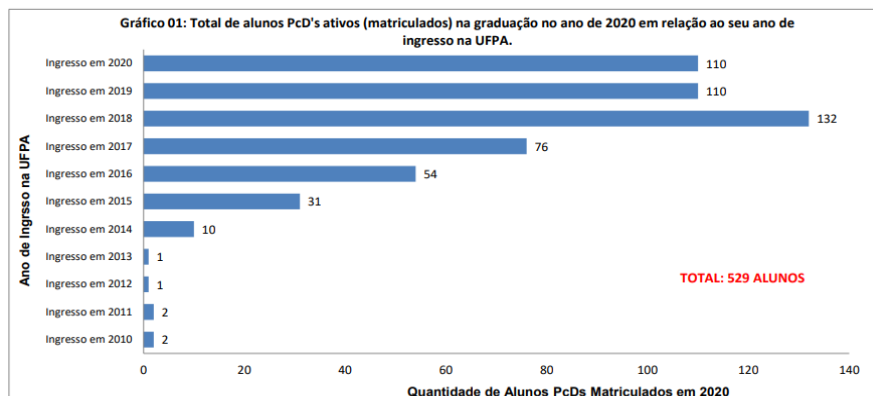
Essa legislação, que inclui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, assumida pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Superior (SESU) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), possibilitou, no ano de 2005, a criação do Programa Incluir, como uma das ações afirmativas no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com o intuito de fomentar a criação e a consolidação dos núcleos de acessibilidade.

Compreende o grupo de pessoas com deficiência (PcD), pessoas com deficiência física; pessoas com deficiência auditiva/surdez/ surdocegueira; Pessoas com deficiência visual (cego, baixa visão e visão monocular); Pessoas com deficiência intelectual/mental; e Transtorno do Espectro Autista (UFPA/2020a).

Em 2010, fortemente empenhado por meio do Decreto Federal nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), visando garantir condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, iniciaram na UFPA ações institucionalizadas voltadas ao atendimento às pessoas com deficiência e altas habilidades/superdotação. Atendendo ao Decreto foi criado em 2012 o Núcleo de Inclusão Social (NIS) atrelado a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG), no campus de Belém, onde ficam localizados os órgãos diretivos da UFPA (UFPA, 2016).

Em 2017, por meio da Resolução nº 763/2017- CONSUN/UFPA foi instituída na estrutura da UFPA a Superintendência de Assistência Estudantil- SAEST órgão vinculado à reitoria, responsável em executar as ações de assistência estudantil e de

acessibilidade, integrando competências técnicas anteriormente instaladas e com histórico de ações relevantes e consolidadas, entre elas o NIS (UFPA, 2017). É possível observar na imagem abaixo a evolução nas matrículas de alunos com deficiência após a criação da SAEST. Como podemos observar no gráfico 01:



Fonte: COACCESS, 2020

Atualmente a SAEST apresenta em sua estrutura organizacional uma Secretaria Executiva; uma assessoria, a Assessoria de Administração e Planejamento (AAP); uma diretoria, Diretoria de Serviço de Alimentação Estudantil - DISAE e três coordenadorias: Coordenadoria de Assistência Estudantil (CAE), Coordenadoria de Integração Estudantil (CIE) e Coordenadoria de Acessibilidade (COACCESS) que substituiu o Núcleo de Inclusão Social (NIS) que estava vinculado à PROEG e que passou a integrar o organograma da SAEST, a partir de janeiro de 2017 (UFPA, 2020a). Entre as atribuições da COACCESS está o estímulo a criação dos Núcleos de Acessibilidade nos demais *campi* universitários, visando com isso consolidar uma cultura de acessibilidade na UFPA. Essa cultura leva em consideração as experiências, as necessidades educacionais específicas, e condições peculiares dos alunos, em especial, dos com deficiência e superdotação/ altas habilidades.

Para orientar a estratégia institucional visando à garantia da permanência com êxito acadêmico e conclusão de curso de discentes em situação de vulnerabilidade social e econômica, entre eles, os alunos com deficiência e superdotação/altas habilidades, foi aprovada por meio da Resolução nº 828, de 23 de março de 2021, a Política Institucional de Assistência Estudantil e de Acessibilidade (PINAE) da Universidade Federal do Pará, que consiste em um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes e métodos que, materializando-se como uma política atuante em várias frentes de ações institucionais e desenvolvendo-se de modo intersetorial com as políticas de ensino, pesquisa e extensão da universidade (UFPA, 2021).

Para consolidar a PINAE, a UFPA, além dos diferentes órgãos da administração universitária e geridas pela SAEST, a citar, a COACCESS, conta com Núcleos e Divisões em alguns *campi* universitários, do interior do Estado, a saber, a Divisão de Inclusão Educacional, no município de Cametá; Divisão de Acessibilidade, em Abaetetuba; Núcleo de Acessibilidade, em Castanhal; Divisão de Tecnologia Assistiva e Inclusão em Tucuruí; Divisão de Assistência Estudantil, municípios de Bragança e Capanema; e Divisão de Acessibilidade, em Altamira, que será destacada a seguir.

### **3 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE ACESSIBILIDADE NO CAMPUS DE ALTAMIRA**

As primeiras ações voltadas aos alunos com deficiência no campus de Altamira iniciaram em 2013, a partir da iniciativa de professoras da Faculdade de Educação, do Curso de Pedagogia, por meio da criação do Projeto de Assistência Estudantil e Assessoramento Pedagógico (PASES)<sup>1</sup>.

Inicialmente, de caráter voluntário, o projeto buscava atender estudantes em vulnerabilidade acadêmica e socioeconômica. Eram acolhidos todos os estudantes, com e sem deficiências, com dificuldades de ordens distintas, que comprometiam seu rendimento acadêmico, o que podia gerar possíveis situações de evasão. Em 2017, ainda sob a iniciativa dessas professoras, foi criado o Núcleo de Acessibilidade, que ficou sob a responsabilidade da DAEST (MACHADO, 2018).

A partir da criação do Núcleo de Acessibilidade, no campus de Altamira, iniciam-se as primeiras interlocuções com a recém-criada COACCESS, no ano de 2017, e com isso são envidados os primeiros esforços em prol da consolidação de uma política de acessibilidade no campus de Altamira, bem como nos demais *campi* da UFPA.

A DAC/ATM está atrelada à Coordenação do Campus de Altamira. Conta, atualmente, com uma pequena equipe, criada em 2020, formada por uma professora da Faculdade de Educação, responsável pela organização das ações, uma voluntária e uma bolsista que atua na prática da monitoria de produção, assessorando os alunos com deficiência nas questões acadêmicas visando diminuir barreiras curriculares, pedagógicas, atitudinais, de informação, de comunicação, de mobiliário, arquitetônicas e urbanísticas.

---

<sup>1</sup> Atualmente o PASES presta atendimento psicológico e psiquiátrico gratuito aos alunos do campus de Altamira em vulnerabilidade emocional.

O campus universitário de Altamira está em processo de atualização do seu regimento interno. Nele a Divisão de Acessibilidade ficará sob a coordenação local de uma coordenadoria, a Coordenadoria de Assistência Estudantil (CAEST), que será um órgão ligado diretamente à Coordenação do campus de Altamira e em consonância com a SAEST, coordena a PINAE dentro do campus universitário.

É de competência da DAC/ATM diminuir barreiras de comunicação, informação, arquitetônica, tecnológica, pedagógica, instrumental, digital e atitudinal aos discentes com deficiência, matriculados nos cursos da UFPA/Altamira; fomentar programas e/ou projetos de apoio à Assistência Estudantil e Acessibilidade, visando o acesso, participação e aprendizagem de discentes com deficiência e superdotação/ altas habilidades; atender e acompanhar os discentes com deficiência por meio dos programas da Coordenadoria de Acessibilidade da SAEST/UFPA.

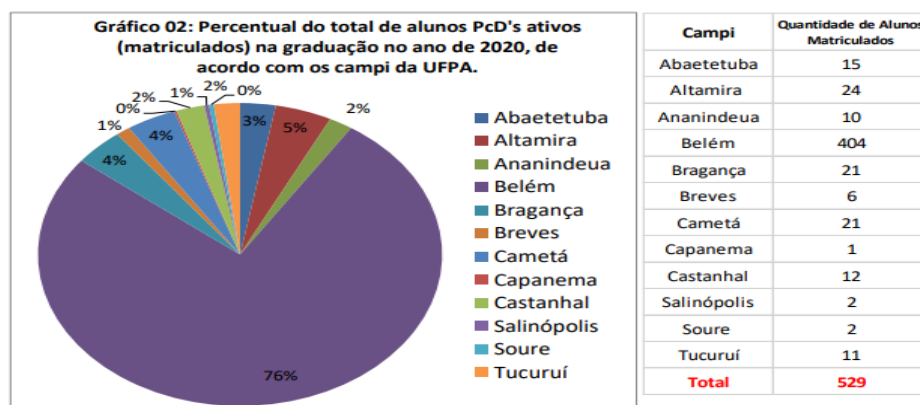
No plano pedagógico visa atender com serviço de monitoria os discentes com deficiência que necessitam desse tipo de serviço; aprimorar ações resultantes de programas/projetos apoiados pela SAEST/UFPA, a fim de promover a inclusão e a valorização do discente com deficiência. É de sua pertinência produzir dados que contribuam para o conhecimento do perfil da pessoa com deficiência, contribuindo para a elaboração de ações de permanência e eliminação de barreiras e acompanhar o desempenho acadêmico dos discentes com deficiência, assistidos pela CAEST.

A DAC também apresenta responsabilidades formativas e estruturais. Cabe a ela propor formação continuada aos docentes da UFPA/Altamira como garantia de diminuição de barreiras atitudinais aos discentes com deficiência. O quesito estrutura inclui a proposição e instrução acerca da aquisição de equipamentos, mobiliários, materiais didáticos específicos e recursos tecnológicos com a criação de estruturas, equipamentos básicos e necessários ao processo ensino-aprendizagem do discente com deficiência e superdotação/ altas habilidades.

Além da DAC, ficará sob a coordenação da CAEST, a Divisão de Assistência Estudantil (DAEST) que já desenvolve ações relativas ao acolhimento, orientações sobre a concessão de auxílios e bolsas, identificação e acompanhamento a dificuldades socioeconômicas, didático-pedagógicas, psicoeducacionais, acessibilidade, saúde e bem-estar, acompanhamento de moradores residentes das Morádias Universitárias, favorecendo aos assistidos um período de permanência com formação acadêmica de qualidade.

No último levantamento, que corresponde ao ano de 2020, considerando como ingresso o ano de 2010, a UFPA computou 529 alunos com deficiência matriculados. O

campus de Belém abarca a maior quantidade de matrículas, aproximadamente 80%. No ano de 2019, o campus de Altamira, apresentava 3% dessa população, que correspondia a 14 alunos, ficando atrás dos campi de Cametá, Bragança e Abaetetuba. No ano de 2020, o campus de Altamira, passou a ter o segundo maior número de alunos com deficiência matriculados, um total de 24, o primeiro continua sendo Belém. observa-se no Gráfico 02:



Fonte: COACCESS, 2020.

O primeiro ingresso de aluno com deficiência no campus de Altamira ocorreu no curso de Letras, no ano de 2014. Atualmente há 24 alunos com deficiência matriculados em cursos de primeira graduação. O curso de Medicina totaliza dezesseis alunos, 9 alunos com deficiência visual e 7 pessoas com deficiência física. No curso de Geografia são três alunos, uma pessoa cega e dois com deficiência auditiva. Na Pedagogia são dois alunos, um com deficiência visual e o outro deficiente físico. Nos cursos de Etnodesenvolvimento e Letras, há um aluno cada, que apresenta deficiência física. Na Biologia há um aluno com deficiência, do tipo visual.

A DAC/ATM atende e acompanha os discentes com deficiência por meio dos programas da Coordenadoria de Acessibilidade da SAEST, o Programa Bolsa Acadêmica Acessibilidade (PROBAC) e o Programa de Atendimento Individualizado (PAI).

A Divisão enfrenta grandes desafios que diz respeito à ausência de um espaço próprio, carência de profissionais e bolsistas de apoio técnico qualificado, falta de equipamentos e de materiais acadêmicos em diferentes formatos, o que demanda uma grande dependência dos órgãos diretivos, como a SAEST e a COACCESS, que têm envidado esforços para suprir as demandas dos diferentes *campi*. Outro desafio diz respeito à adesão dos alunos a DAC. Para isso tem se criado estratégias de aproximação,

acolhimento, esclarecimento e conscientização do papel desse espaço na garantia dos processos de aprendizagem, acessibilidade e permanência com sucesso.

A compreensão da deficiência pela perspectiva da lesão, fortemente divulgada pelo modelo médico, ainda vigente na mentalidade e nas ações sociais geram intimidações que dificultam perspectivar a deficiência de forma positivada assentada nos modelos críticos de deficiência que compreende o indivíduo em sua inteireza e suas possibilidades. Para superar essas representações de nulidade, o direito à educação é fundamental, pois se trata de um direito que possibilita o acesso aos demais, requisito imprescindível para o acesso ao conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Neste tópico apresentaremos as categorias analisadas na pesquisa, destacando-as a seguir: a) O perfil; b) Os aspectos que os levam a adesão e a não adesão; c) Alternativas de estratégias para consolidação do protagonismo do aluno com deficiência.

##### **4.1 O PERFIL DOS ALUNOS QUE SE VINCULAM A DAC**

A UFPA, campus Altamira, foi criada no ano de 1970. Os primeiros cursos foram de Letras e Pedagogia, tinham modelo de Centros Rurais Universitários e Ação Comunitária. Só em 2001 que ocorreu de fato a interiorização das ações da UFPA.

O primeiro ingresso de aluno com deficiência foi no curso de Letras, no ano de 2002. Um salto qualitativo no número de matrículas se deu principalmente no ano de 2010, por conta da criação de vagas destinadas ao público-alvo da educação especial, com a criação da política de cotas e com a criação no ano de 2017 da COACCESS.

A política de cotas nas universidades busca promover condições de equidade social, por meio da disponibilização de vagas no ensino superior, visando à todos, principalmente aqueles historicamente posicionados à margem da sociedade, acesso às políticas públicas que visem a inclusão social.

Atualmente o curso de Medicina é o que possui um maior número de alunos com deficiência, seguido dos cursos de Pedagogia, Biologia e Geografia, como é possível observar no quadro a seguir:

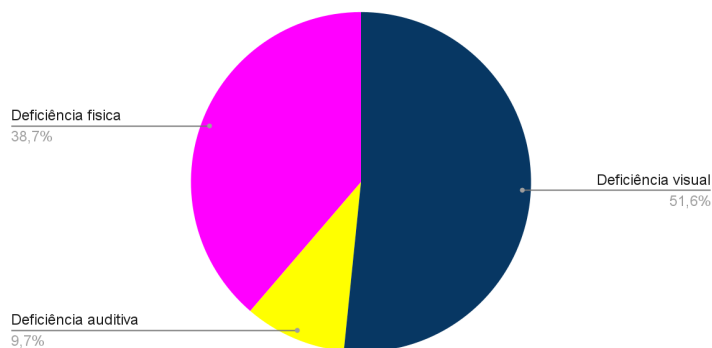
<b>Curso</b>	<b>Quantidade</b>
Medicina	23

Pedagogia	02
Geografia	02
Biologia	02
Etnodesenvolvimento	01
Engenharia Florestal	01
<b>Total</b>	<b>31</b>

**Fonte:** Dados cadastrados na CoAcess/SAEST/UFPA, 2022.

Conforme as informações apontadas na tabela acima o curso de medicina apresenta 23 alunos, pedagogia 02, geografia 02, biologia 0, etnodesenvolvimento 01, engenharia Florestal 01, totalizando um quantitativo de 31 alunos, atualmente o campus de Altamira ocupa o segundo lugar com o maior número de alunos com deficiência matriculados. O maior percentual são pessoas com deficiência visual; em segundo lugar vem deficiência física e por último a deficiência auditiva, como demonstra no gráfico 03 a seguir:

**Dados de alunos com deficiência ativos (matriculados) na UFPA, campus altamira**



**Fonte:** Dados cadastrados na CoAcess/SAEST/UFPA, 2022.

Nessa perspectiva, entender esse perfil é indispensável para que a Universidade crie condições de permanência e de pertencimento para estes estudantes, isso não diz respeito somente à garantia de acesso, mas em proporcionar uma consolidação de cultura de acessibilidade que invista nas condições de permanência e aprendizagem exitosa.

Como se observou há uma maior incidência de alunos com deficiência visual, um total de 16 alunos, que corresponde a 51,7 % do número de aluno PCDs matriculados. Considera-se pessoa com deficiência visual aquela que apresenta baixa visão, cegueira e visão monocular. De forma mais detalhada:

§ 2º Considera-se baixa visão ou visão subnormal, quando o valor da acuidade visual corrigida no melhor olho é menor do que 0,3 e maior ou igual a 0,05 ou seu campo visual é menor do que 20º no melhor olho com a melhor correção óptica (categorias 1 e 2 de graus de comprometimento visual do CID 10) e considera-se cegueira quando esses valores encontram-se abaixo de 0,05 ou o campo visual menor do que 10º (categorias 3, 4 e 5 do CID 10) (FONTE Decreto-Lei nº 5.296 de 2004).

A visão monocular foi recentemente incluída como um subtipo de deficiência visual, no ano de 2021. Compreende como visão monocular a ausência ou a diminuição da função visual em um dos olhos. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a visão monocular é caracterizada quando a pessoa tem visão igual ou inferior a 20% em um dos olhos, enquanto no outro mantém visão normal.

No decorrer da experiência de monitoria vivenciei a entrada de alguns alunos com deficiência visual, o que possibilitou compreender um pouco as especificidades desse público. A maioria desses alunos apresenta visão monocular e durante muita da sua trajetória de escolarização essa característica não é ressaltada. Geralmente, somente os alunos que apresentam baixa visão e cegueira acabam demandando por parte da escola um atendimento educacional especializado.

Diante da demanda de alunos com deficiência visual, a DAC busca viabilizar maior acessibilidade por meio de ações que consolidam a escolarização dentro do âmbito universitário, com o intuito de proporcionar permanência efetiva trazendo políticas públicas que garantam esta escolarização. Estes alunos por serem vistos em um conceito “biomédico” como “normal”, faz com que por muitas vezes se crie uma barreira deles mesmos em relação às ações ofertadas pela DAC, já que como dito anteriormente esses alunos no ensino regular não requeriam o Atendimento Educacional Especializado; é viável até mesmo dizer que esses alunos não participam da DAC por receio de não ter direito a acessibilidade, e também por não sentir pertencente ao grupo público alvo da educação Especial. Isto pode ocorrer pelo fato do contexto histórico que este grupo passou para terem seus direitos garantidos e sua deficiência entendida.

Pautada em uma compreensão biopsicossocial, o sistema de cotas na universidade considerou o ingresso de alunos com baixa visão antes da categorização de um subtipo de deficiência visual. A baixa visão é uma grave restrição visual. Os alunos com baixa visão, muitas vezes, dificuldades de lateralidade, profundidade, equilíbrio e nitidez. A utilização de apenas um dos olhos provoca sensibilidade, o que pode requerer cuidados específicos.

No que diz respeito a deficiência visual, do tipo cegueira, há apenas um aluno com cegueira que está em processo de efetivação de matrícula. O ingresso desse aluno

foi no ano de 2019. Assim, diante do conhecimento desta matrícula, a DAC buscou junto a faculdade desse aluno estratégias para garantir sua permanência. Por meio da parceria com a COACCESS, foram viabilizados os textos em braile, além de equipamentos e recursos para diminuir as barreiras de acessibilidade. Em razão da pandemia da Covid-19, as aulas presenciais foram suspensas. Por razões do não conhecimento das tecnologias de comunicação o aluno não continuou sua escolarização. Foram realizadas algumas investidas para que o aluno retomasse sua escolarização, por meio da oferta do uso de tecnologias assistivas, porém não houve retorno do aluno à universidade, mesmo com o retorno das aulas presenciais.

O gráfico 04 aponta que o segundo maior percentual de deficiência é a Deficiência física. De acordo com Decreto de nº 5.296 de 2 Dezembro de 2004, considera-se Deficiência física:

a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

Na UFPA-Altamira, atualmente encontramos 12 discentes, que corresponde 38,7% dos alunos público alvo da DAC com Deficiência física; especificamente esses alunos apresentam deformidades congênicas e tetraplegia.

Observa-se no campus de Altamira que os alunos com deficiência física recorrem mais a DAC para auxílio em inscrições de bolsas ou programas ofertados pela SAEST, e para queixa quando encontram barreiras arquitetônicas no interior das instalações do campus.

Na minha experiência, monitorei alunos com essas especificidades. Observou-se que este público demanda menos da DAC. Geralmente eles buscam vivenciar a universidade com maior autonomia, mesmo que isso implique em se adaptar a estrutura da universidade. Geralmente situações de barreiras de acessibilidade, por exemplo, chegam como demandas de outros alunos sem deficiência, que reclamam a falta do elevador, as obstruções nas rampas e os banheiros sem condição de utilização pelo público PCDs.

Desse modo destacasse que estes alunos buscam permanecer, porém não procuram a DAC para que melhorem a permanência dos mesmos dentro do campus, eles

não buscam utilizar os serviços á eles ofertados e muitas das vezes não têm ciência das políticas públicas a eles garantidas.

Em terceiro e último lugar na tabela encontramos o grupo de alunos com deficiência auditiva. Para melhor compreendermos o grupo e seus aspectos, observamos que considera-se surdo aquele que tem “perda auditiva acima de 71 dB, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1000Hz, 2000Hz e 3000Hz. O aluno com essa surdez, em geral, utiliza a Língua Brasileira de Sinais (Libras)” (BRASIL, 2010, p. 34). Portanto a deficiência auditiva refere-se à:

[...] perda bilateral, parcial ou total, de 41 dB até 70 dB, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1000Hz, 2000Hz e 3000Hz. O aluno que utiliza o Aparelho de Amplificação Sonora Individual – AASI (prótese auditiva) pode, ou não, processar informações linguísticas pela audição e, conseqüentemente, tornar-se capaz de desenvolver a linguagem oral, mediante atendimento fonoaudiológico e educacional. (BRASIL, 2010, p. 33)

Atualmente temos a porcentagem de 9,7%, que corresponde a 3 alunos matriculados na UFPA-Altamira com deficiência auditiva. Este grupo apesar de menor é o grupo mais interligado com a DAC. Durante as experiências de monitoria obsevou-se que a questão social nesse grupo ainda é uma grande barreira, um dos fatores e a falta de recurso financeiro para a compra dos equipamentos de tecnologia assistiva que é necessidade pessoal de cada aluno permitindo que este discente participe e tenha uma permanência exitosa. Mas este fator que é âmbito financeiro compromete o educando em suas vivências e traz atraso na interação com seus bares, implicando na sua permanência e atrasando sua escolarização.

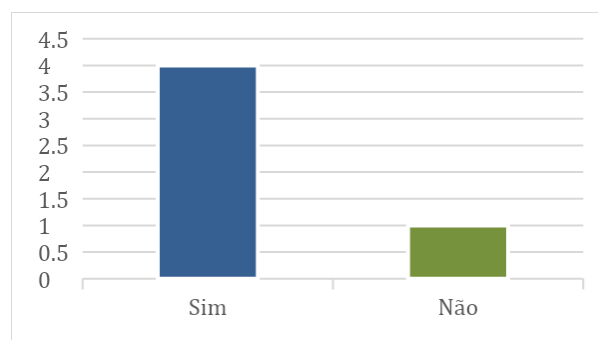
É relevante destacar que o alto custo de materiais assistivos ofertados a esse grupo faz com que eles se aproximem mais da DAC, essa aproximação se dá também pelo fato que a comunidade docente tem pouca formação em didáticas assistivas. Situação relatada pelos próprios alunos que reclamam muitas vezes da dificuldade que sentem quando o professor fala muito baixo, ou muito rápido, ou de costas para o aluno.

Após captarmos os perfis dos alunos, levantaremos discussões, onde possibilitaram entender como ocorre o processo integrativo no campus, resultando em estabilizar estratégias de comunicação que visem compreender os aspectos que levam os alunos a se vincularem ou não a DAC.

#### 4.2 ASPECTOS ENVOLVIDOS NA ADESÃO E NÃO ADESÃO DA DAC

A seguir, discutiremos algumas questões levantadas a partir das entrevistas realizadas, a respeito dos aspectos envolvidos na adesão ou não adesão dos alunos com deficiência à DAC. A intenção é compreender essas implicações com o intuito de criar estratégias mais próximas às realidades desses alunos. Ou seja, quanto mais alunos se vincularem à Divisão, mais resultados positivos e consolidantes podem resultar em suas trajetórias de escolarização.

Atualmente, poucos discentes se vinculam à Divisão de Acessibilidade, e o estudo implica em compreender o porquê dessa não adesão às políticas públicas que são ofertadas por direitos sociais a eles. Desta forma, viabilizando respostas para esta questão, o primeiro aspecto a ser investigado foi sobre o conhecimento que os discentes apresentam em relação a DAC, com a seguinte pergunta: Você conhece a Divisão de Acessibilidade (DAC)? Logo abaixo, analisaremos no gráfico 04 as seguintes respostas:



Fonte: autoria própria, 2022.

De acordo com o gráfico 04 acima, dos cinco participantes da pesquisa, quatro alunos relataram que conhecem a DAC e um aluno afirmou que não conhece. Neste viés, mesmo a maior parte tendo o conhecimento sobre a Divisão, é necessário a compreensão da dimensão desse apoio, pois visa a garantia do acesso, a permanência e aprendizagem desses discentes que fazem parte da comunidade acadêmica. E para compreender mais sobre o entendimento que os sujeitos tinham sobre a DAC, foi questionado: Em que momento da graduação você conheceu e o que sabe a respeito?

*Eu conheci a divisão em 2019 assim que entrei no curso; conheci através de contato no whatsapp a monitora me procurou e me explicou; eu conheço a Divisão como se fosse uma assessoramento pedagógico, me apresentaram como se a equipe lá pudesse me auxiliar como com minha permanência no curso (SUJEITO 1).*

*Logo quando eu entrei tive contato com uma pessoa que faz parte da equipe de monitoria, até onde eu sei é onde os alunos com deficiência vem tirar dúvidas e recorrer a assistividade (SUJEITO 2).*

*Antes de conhecer o campus eu não tinha a mínima ideia dos trâmites e a monitora entrou em contato; eu sei pouca coisa mas sei que ela presta assistência às pessoas com deficiência do campus (SUJEITO 3).*

*Conheci em 2020; eu sei que ela dá suporte educacional (SUJEITO 4).*

*Não conhecia, nunca tive interesse(SUJEITO 5).*

Ao analisar de forma mais sucinta cada fala, é possível depreender outras questões. É possível cogitar que a Divisão está para muitos desses alunos, como um lugar na universidade onde se pode buscar um assessoramento, um auxílio ou uma informação. De certo, para se criar uma cultura de acessibilidade faz-se indispensável criar pertencimentos, envolvimento com as ações com foco na conscientização, na responsabilidade social e na participação ativa. É possível, também, observar um distanciamento, tanto acerca do papel da DAC quanto da própria percepção de se entender como pessoa com deficiência. Isso talvez esteja relacionado com a própria compreensão de deficiência.

Três grandes modelos embasam a compreensão de deficiência, são eles o paradigma tradicional, o paradigma Biomédico e o paradigma de direitos humanos. O paradigma tradicional é aquele que está vinculado ao ver o deficiente como pessoas inferiores. O paradigma biomédico é aquele que a pessoa com deficiência é vista como paciente e que a todo o momento necessita de uma cura. Já no modelo de direitos humanos, a deficiência é colocada como uma característica mais dentro da diversidade humana e não como a condição que deve definir a vida de uma pessoa e que totaliza sua existência, pelo referencial da discriminação e exclusão.

Neste último paradigma, a deficiência é caracterizada como um produto social que resulta da interação entre as pessoas com deficiência e as barreiras atitudinais e do entorno, que evitam a participação plena e efetiva, a inclusão e o desenvolvimento destas pessoas na sociedade onde vivem, em condições de igualdade com as demais.

Nessa perspectiva, apesar do trabalho de aproximação, acolhimento e encaminhamentos realizados, as divisões de acessibilidade ou núcleos de acessibilidade precisam romper com uma representação limitadora desse espaço. Os alunos com deficiência e sem deficiência não reconhecem o papel desses espaços na universidade. As Divisões e Núcleos desempenham um papel inegável na universidade e seu compromisso é proporcionar um processo educacional mais justo e democrático para a elaboração de conhecimentos e efetivação de políticas inclusivas. E na busca pela insistência desta efetivação, foi necessário o seguinte questionamento: Qual o motivo da não relação com a DAC? Obtivemos as seguintes respostas:

*Por falta de tempo de ter ido me escrever e também pela minha recém chegada ao campus (SUJEITO 1).*

*Ainda não consegui me escrever por dificuldades na plataforma (SUJEITO 2).*

*Porque eu nunca retornei contato (SUJEITO 3).*

*Nunca tive interesse (SUJEITO 4).*

*Não se aplica (SUJEITO 5).*

Fica evidente nas falas dos entrevistados que o público tem acesso às informações e o conhecimento sobre a existência da DAC, porém ainda não reconhecem o papel social desse espaço na universidade. Quando nos referimos neste papel social, é o compromisso de proporcionar a estes alunos um processo educacional justo e inclusivo, é inevitável trazer para discussão as competências garantidas pela DAC, no que diz respeito à garantia do direito à escolarização, bem como, na configuração de um espaço formativo de qualidade no ensino superior.

Assim, um dos objetivos da DAC é criar estratégias de permanência e aprendizado para contribuir nessas trajetórias de escolarização, e diante as possíveis barreiras de acessibilidade que eles possam enfrentar dentro desse espaço. Desta maneira, foi questionado aos estudantes: O que você pensa das barreiras e sobre esse objetivo da Divisão? No qual obtivemos as seguintes respostas:

*Eu acho bem legal, inclusivo; entender que as pessoas com deficiência tem limitações maiores tem coisas dentro do meio acadêmico que não conseguiremos fazer; justamente poeimas barreiras e pelo profissional que não vai saber assistir aquele aluno (SUJEITO 1).*

*O objetivo é muito bom, entretanto não supre a demanda e acaba que alunos ficam sem atendimento (SUJEITO 2).*

*O objetivo da divisão no meu ponto de vista é incentivar o aluno a continuar, e por mais que exista essas barreiras há alguma forma de melhorar; ou até mesmo mudar fazendo a superação delas e fazendo com que ele continue seu curso. Algumas estão no alcance da DAC outras nem tanto porque muitas pessoas não querem superar essas barreiras preferem ser refém da “doença” do que ir atrás de ajuda para superar (SUJEITO 3).*

*Não sei o que falar (SUJEITO 4).*

*Essas barreiras são irrelevantes, na minha concepção (SUJEITO 5).*

Diante as falas dos sujeitos, é possível observar o reconhecimento da importância que a Divisão tem para a comunidade acadêmica, porém fica nítida a relevância de criar momentos de discussões para prevenir e evitar as barreiras que possam impedir a permanência dos estudantes neste espaço, pois mesmo que essas barreiras sejam irrelevantes para alguns, é um empecilho para outros, e que pode contribuir para evasões.

Com base em assegurar políticas de inclusão na educação superior, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146/2015, destaca como barreiras qualquer obstáculo que impeça os direitos de acessibilidade para a participação plena e efetiva da pessoa nos ambientes, no qual classifica seis grandezas que compõe a acessibilidade, são elas: **urbanísticas** (barreiras nos espaços públicos e privados de uso coletivo); **arquitetônicas** (barreiras físicas); **transportes** (impedimentos nos meios de transportes); **comunicação** (qualquer entrave que dificulte o recebimento de informações); **atitudinais** (comportamentos discriminatórios que prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência); **tecnológicas** (barreiras que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias).

Com base nisso, é possível o entendimento de que a acessibilidade não se resume somente em barreiras arquitetônicas e para a universidade ser inclusiva tem que atender essas grandezas que compõe a acessibilidade, que de certa forma, é o objetivo que a Divisão busca orientar para firmar a consolidação da adesão do apoio oferecido, de modo a fazer com que os próprios alunos reconheçam e se conscientizem das políticas públicas a eles destinadas. Sendo assim, visando essa conscientização, no próximo tópico iremos destacar algumas ações já feitas e propor outras práticas de consolidação para uma permanência exitosa dos graduandos dentro da universidade.

#### 4.3 ESTRATÉGIAS DE CONSOLIDAÇÃO/ PROTAGONISMO

Neste momento se destaca os desafios e avanços que perpassa a vida acadêmica formativa destes discentes dentro do campus universitário de Altamira. Buscar entender os aspectos biopsicossociais desses alunos viabiliza compreender o contexto encontrado para que se criem estratégias específicas para determinado grupo.

O Plano Nacional de Educação Especial, 2008 destaca a educação especial no ensino superior como:

a transversalidade da educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL,2008, p.17).

Observamos no documento políticas públicas voltadas totalmente para acessibilidade qual tem o objetivo de proporcionar uma escolarização efetiva viabilizando a consolidação deste aluno no âmbito formativo. Nesta perspectiva se compreende o papel da acessibilidade por toda fase acadêmica do aluno onde o “sistema” oferece nesta caminhada transversal não somente o acesso como a participação do indivíduo em processos seletivos e eletivos traçando dentro de cada instituição um planejamento e uma organização com o intuito de promover aos discentes na escolarização a permanência deste aluno na formação, ao acesso e a participação completa deste indivíduo em todas experiências formativas.

A Universidade Federal do Pará viabiliza o tripé, que implica em ampliar e fortalecer a integração entre ensino, pesquisa e extensão, enquanto processo formativo sistêmico, tendo como objetivo refletir e discutir sobre a integração destes discente na sociedade, cujo tem a finalidade de buscar uma integração efetiva dentro da formação acadêmica.

Um dos objetivos da DAC é fortalecer estratégias de consolidação/protagonismo dos alunos com deficiência na universidade por meio do estímulo à participação dos alunos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Ao questionarmos aos sujeitos sobre o que eles pensam dessas estratégias e sobre o objetivo da DAC de estimular a participação dos mesmos, obtivemos as seguintes respostas:

*Eu não sinto essa dificuldade pois os demais alunos com deficiência aqui do campus devem sentir, como com um aluno cadeirante, ele não tem a livre locomoção, e a divisão se faz importante nesse sentido e nesse momento fazendo estímulos para que esse aluno permaneça de modo geral de maneira exitosa (SUJEITO 1).*

*Esse incentivo ele é muito relevante pois vai tá mostrando ao aluno com deficiência que ele tem um apoio de um grupo de pessoas que vai tá incentivando a continuar dando esse suporte ao aluno PCD é muito importante pois ele tem o objetivo na superação de barreiras (SUJEITO 2).*

*São boas, a deficiência vai de pessoa para pessoa, tem pessoas que necessitam mais de suporte e outras menos “como é meu caso, eu consigo permanecer sem a ajuda da DAC mas tem alunos que não, então é uma iniciativa muito boa (SUJEITO 3).*

*Eu acho super válido, pra que não fique só no âmbito de carga horária*

*obrigatória; à inclusão das pessoas com deficiência em pesquisas é muito estimulador, viver a extensão em meios barreiras é magnífico (SUJEITO 4).*

*Precisa melhorar, pois é indispensável e revigorante cada vivência realizada na minha formação (SUJEITO 5).*

Analisando as falas observa-se que as ações de implementações foram efetivas, mas não efetivadas, sendo assim essa também é uma das explicações que acaba se destinando para a falta de adesão e pertencimento. Quando o sujeito se refere que o outro necessita mais de auxílio é possível analisar uma fala marcada por capacitismo, ele reconhece a deficiência no outro, e não em si.

Em relação à pertencimento analisamos a fala da autora Oliveira (2004), destaca que os indivíduos com deficiência devem em primeiro lugar serem autores dentro do mundo dos seus semelhantes. Neste seguimento é coerente dizer que ainda falta essa apropriação do indivíduo e sua especificidade.

Visando proporcionar aos alunos uma interação com a sociedade por meios de intervenções na atuação acadêmica que trazem vivências que permitem a apropriação interacionista proporcionando a construção de competências profissionais e sociais, capazes de gerar novos saberes e novos fazeres, com os alunos deficientes não é diferente. Pois a partir dessas experiências são capazes de construir a autonomia e por muitas vezes a superação. Mostrando que o planejamento pedagógico como fala o PNEE, promove o acesso à permanência e participação, por tanto um planejamento e uma organização pode fazer de um indivíduo um protagonista.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste estudo buscou-se observar as questões e aspectos biológicos, psicológicos e sociais, que atravessam as trajetórias de escolarização dos sujeitos da pesquisa na UFPA-Altamira, possibilitando compreender os aspectos envolvidos na vinculação (ou não) dos alunos com deficiência junto a Divisão de Acessibilidade- DAC/UFPA/ATM.

O estudo permeou sobre o período de 2019 a 2022 por considerar o meio período de monitoria no Programa de bolsa de atividade Acadêmica, com isso pode explicar melhor os dados referentes aos alunos dentro do sistema.

Desta forma, o estudo versou sobre o porquê os alunos com deficiência da UFPA/ Campus Altamira se vinculam (ou não) a DAC e a experiência de organização da

Divisão de Acessibilidade na Universidade Federal do Pará, campus de Altamira, trazendo um pouco da sua história, organização e algumas de suas ações.

O estudo revelou que é indispensável a análise biopsicossocial destes alunos, pois os perfis condizem que estes discentes são presentes, efetivos em busca da superação de barreiras, infelizmente esta fala de superação, não condiz com a inclusão. Pois visando esta ação acabam de maneira imperceptível fomentando a exclusão. Portanto, buscar estratégias que efetivem essa escolarização será nas competências envolvidas aos trabalhos da DAC, essa pesquisa poderá servir de apoio para o futuro da escolarização de pessoas com deficiência dentro da UFPA-Altamira como também possivelmente em demais instituições.

Este trabalho não está tratando de uma categoria e sim da história de 15% da população Mundial, que são pessoas, na quais em algum momento de sua vida não sentiram se representadas, assistidas e ouvidas. Tal encadeamento enfatiza o processo de construção de uma cultura de acessibilidade que tem se buscado consolidar, em meio aos desafios, no campus universitário altamirense, revelando resultados de seu papel indispensável na garantia do direito à escolarização, a acessibilidade e a permanência dos alunos com deficiência e altas habilidades com sucesso.

Contudo podemos observar que o biológico, o psicológico e social se entrelaça na jornada acadêmica, no pertencimento, no protagonismo e logo na adesão ou não desses alunos junto à divisão.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.

BRASIL. Decreto nº 7234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2010.

BRASIL. Decreto nº 5296 de 02 Dezembro de 2004. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de

deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2000.

COACCESS. Dados Pcds 2020. Pará, 2020. Disponível em:  
<https://saest.ufpa.br/coaccess/images/dados/2020/Ano%20de%20Ingresso.pdf>

COSTA, A. C. G.; VIEIRA, M. A. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

MACHADO, Naiane da Silva. Inclusão educacional no ensino superior: estudo de caso múltiplo no campus de Altamira da universidade federal do Pará. UFPA, Pará, 2018.

MEC: Brasília - DF, **2008**. BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001.

MULLER T. M. P.; GLAT, R. **Uma professora muito especial: questões atuais de educação especial**. Viveiros de Castro, 1999.

RIBEIRO, E. A. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais**, Araxá/MG, n. 04, p. 129-148, maio de 2008.

SILVA, Kerliane Sousa da. **A Monitoria como ferramenta de formação e inclusão : um relato de experiência no programa de acessibilidade**, Pará 2022.

UFPA. Coordenadoria de Acessibilidade. Guia para monitor de aluno PcD. Pará, 2018. Disponível em: <https://saest.ufpa.br/DIRETORIO/DOCUMENTOS/coaccess/modeloRequerimento/guia.pdf> UFPA.

UFPA. Instrução Normativa SAEST/UFPA N° 03, de 01 de agosto de 2020. Estabelece normas e procedimentos para concessão de Auxílio PcD a discentes com deficiência de cursos de graduação presencial da Universidade Federal do Pará (UFPA). Pará, 2020.

UFPA. Instrução Normativa n° 03/2021/saest/ufpa de 14 de junho de 2021. Estabelece normas e procedimentos para concessão do Auxílio Kit Tecnologia Assistiva para PcD a discentes com Deficiência de cursos de graduação da UFPA. Pará, 2021.

UFPA. Instrução Normativa SAEST/UFPA N° 15, de 15 de junho de 2021. Estabelece critérios para concessão de Apoio Especializado e Individual aos discentes com deficiência, matriculados em cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA) de forma remota, híbrida e/ou presencial. Pará, 2021.

UFPA. RESOLUÇÃO N. 828, de 23 de março de 2021. Aprova a Política Institucional de Assistência Estudantil e de Acessibilidade (PINAE) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Pará, 2021.

UFPA. Superintendência de Assistência Estudantil. **Relatório Anual de Atividades 2019**. Pará, 2020a. Disponível em:  
<https://saest.ufpa.br/documentos/relatorio/rel.2019.pdf>

UFPA. Superintendência de Assistência Estudantil. **Relatório Anual de Atividades 2016**. Pará, 2020a. Disponível em:  
<https://saest.ufpa.br/documentos/relatorio/rel.2016.pdf>

UFPA. Superintendência de Assistência Estudantil. **Relatório Anual de Atividades 2017**. Pará, 2020a. Disponível em:  
<https://saest.ufpa.br/documentos/relatorio/rel.2017.pdf>

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE  
ALTAMIRA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

CEDENTE:

Nacionalidade: \_\_\_\_\_ Estado Civil:

Profissão: \_\_\_\_\_

Residente e domiciliado na \_\_\_\_\_

CESSIONÁRIO: Universidade Federal do Pará/ Faculdade de Educação/ Curso de Pedagogia estabelecido na Rua Cel. José Porfírio - Recreio, Altamira – PA.

Objeto: entrevistas gravadas, fotografadas, filmadas e cessão de materiais pessoais para a Pesquisa intitulada: **ASPECTOS BIOPSISSOCIAIS ENVOLVIDOS NA VINCULAÇÃO (OU NÃO) DOS ALUNOS PCDS A DIVISÃO DE ACESSIBILIDADE DA UFPA- CAMPUS ALTAMIRA.**

Do Uso: Declaro ceder à Pesquisa \_\_\_\_\_ desenvolvido por Letícia Matos da Costa, e orientado por Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Roseane Rabelo Souza Farias, sem quaisquer restrições quanto aos efeitos patrimoniais e financeiros às gravações de voz e imagem, de caráter histórico e documental, realizada no período de \_\_\_\_\_, na cidade de Altamira, no estado do Pará, registados pelo próprio discente.

O responsável pelo Projeto de Pesquisa fica autorizado a utilizar o material gravado, divulgar e publicar, para fins de pesquisa, como relatório de pesquisa, edição de documento, em vídeo, CD ROOM, fotos ou livro, no todo ou em parte, editado ou não, com a ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autoria.

Altamira, \_\_\_/ 2022.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do cedente

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Prof. Responsável pela pesquisa

## APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO PEDAGOGIA**

## ROTEIRO DE ENTREVISTA

### **ASPECTOS BIOPSIKOSSOCIAIS ENVOLVIDOS NA VINCULAÇÃO (OU NÃO) DOS ALUNOS PCDS A DIVISÃO DE ACESSIBILIDADE DA UFPA- CAMPUS ALTAMIRA**

#### **IDENTIFICAÇÃO:**

Nome fictício atribuído aos alunos:

Idade:

Orientação sexual:

Curso:

Deficiência:

Cotista ou não:

- 1- Você conhece a Divisão de Acessibilidade, conhecida como DAC? Se sim, em que momento da sua graduação você conheceu? E o que você sabe a respeito?
- 2- Você tem alguma relação com a DAC? Se sim, de que forma?
- 3- Se não, qual o motivo da não relação?
- 4- Você conhece algum serviço, programa ou auxílio da UFPA voltado aos alunos Pcds? Se sim, qual? E como ficou sabendo?
- 5- Se não, você justifica seu não conhecimento a que situação?
- 6- Você usa ou já utilizou algum serviço, programa ou auxílio da UFPA voltado aos alunos Pcds?
- 7- Se sim, qual? E qual o impacto desse serviço, programa ou auxílio da UFPA na sua trajetória acadêmica?
- 8- Se não, o que justifica a sua não utilização?
- 9- Um dos objetivos da DAC é criar estratégias de permanência e aprendizado diante de possíveis barreiras de acessibilidade. O que você pensa dessas barreiras e sobre esse objetivo da Divisão?
- 10- As barreiras de acessibilidade dizem respeito as questões estruturais, instrumentais, acadêmicas e atitudinais. Você já vivenciou alguma dessas barreiras? Como você lidou com elas? Você teve alguma orientação? Se sim, como?
- 11- Um dos objetivos da DAC é fortalecer estratégias de consolidação/protagonismo dos alunos com deficiência na universidade por meio do estímulo a participação dos alunos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. O que você pensa dessas estratégias de consolidação/protagonismo e sobre esse objetivo da Divisão de estimular a participação dos alunos?

- 12- Na sua opinião os alunos com deficiência do campus de ATM estão se beneficiando dessas estratégias de consolidação/protagonismo?
- 13- Como você avalia a permanência dos alunos Pcds no campus de ATM?
- 14- Você tem alguma sugestão para aprimorar as estratégias de consolidação/protagonismo?